



SÍNTESE DO ESFORÇO DE CONSERVAÇÃO DOS BIOMAS BRASILEIROS ATRAVÉS DA CRIAÇÃO DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO FEDERAIS

Denise Figueirôa Bacelar ¹

Marcelo Tabarelli ²

1 - Bióloga (Universidade Federal de Pernambuco), Gestora Ambiental (Faculdade Frassinetti do Recife) denisefbac@gmail.com;

2 - Universidade Federal de Pernambuco, Centro de Ciências Biológicas, Departamento de Botânica, Av. Moraes Rego s/n, Cidade Universitária, 50670901, Recife, Pernambuco, Brasil

INTRODUÇÃO

Em face da atual crise da biodiversidade, um dos maiores desafios impostos à humanidade vem sendo manter, da forma mais íntegra possível, amostras significativas de espécies e paisagens naturais a nível local, regional e global (Wilson, 1997; Primack e Rodrigues, 2001).

Uma das estratégias mais procuradas para cumprir esses objetivos é a criação e implantação de áreas naturais protegidas (Terborgh e Van Schaik, 2002), mais conhecidas no Brasil como unidades de conservação (UCs). Essas áreas garantem, ou deveriam garantir, a segurança de amostras significativas da biodiversidade *in situ*, ou seja, em seu ambiente natural. A diversidade biológica é importante, inclusive, no incremento da qualidade de vida das populações humanas e ao desenvolvimento econômico e tecnológico-de modo responsável e sustentável (Chape *et al.*, 2003). Nesse sentido, é de extrema importância que a seleção dessas áreas protegidas seja embasada, técnica e legalmente, em um planejamento abrangente centrado essencialmente na conservação dos recursos naturais (Margules e Pressey, 2000)

OBJETIVOS

Quantas são as UCs federais e como estão distribuídas no território brasileiro?

Qual o esforço aplicado à manutenção dos biomas brasileiros através da criação de unidades de conservação federais?

Quais destas áreas são ecologicamente viáveis em longo prazo?

MATERIAL E MÉTODOS

Foi realizado um levantamento das unidades de conservação federais, com base na listagem oficial disponibilizada pelo Instituto de Meio Ambiente e de Recursos Naturais Renováveis (IBAMA, 2007), e as seguintes informações

foram coletadas: localização e distribuição biogeográfica (região e bioma no qual está inserida), quantificação em número e extensão e classificação (tipos de uso, categorias). Além disso, uma revisão bibliográfica sobre o histórico de evolução dessas unidades, desde 1937-ano em que a primeira área protegida foi criada no Brasil-a 2007, quando o atual Sistema Nacional de Unidades de Conservação (Lei n^o 9.985, de 18 de julho de 2000) já havia sido instituído.

RESULTADOS

A partir dos dados encontrados, foram identificadas 299 UCs em 9 das 12 categorias escritas no SNUC (BRASIL, 2008). As categorias de Monumentos Naturais e Reservas de Fauna não foram consideradas pela inexistência, até então, de unidades implantadas no Brasil (IBAMA, 2007). As Reservas Particulares do Patrimônio Natural também foram descartadas por insuficiência de dados para análise, embora sejam estrategicamente importantes por salvaguardarem habitats - chave de espécies ameaçadas, em especial na Mata Atlântica, no Pantanal e no Cerrado (Mittermeier *et al.*, 2005).

Verificou-se que 57,9% das unidades de conservação federais permitem a exploração dos recursos naturais, ou seja, são unidades de uso direto ou sustentável. Esse maior índice, em relação às unidades de uso indireto ou de proteção integral, é consequência da história da conservação no país, especialmente a partir da década de 1990, quando o número de unidades de conservação de uso direto aumenta consideravelmente, seguindo a tendência mundial-também devido à pressão social e ao momento político-de valorização e preocupação com as comunidades humanas em áreas de proteção (Diegues, 2004; Mittermeier *et al.*, 2005).

Além disso, os esforços de conservação se mostraram mais intensos para a região Norte (39,8% das UCs), assim como para a Amazônia (36,8% das UCs), devido às inúmeras oportunidades oferecidas pelo bioma, representando o centro de atenções em escalas nacional e internacional (PERES,

2005). A Mata Atlântica também foi bem representada, com 28,1% das 299 UCs. Um resultado já esperado, visto que é um dos biomas mais estudados e ameaçados no Brasil, significando que há uma certa urgência em se preservar o que ainda resta (MMA, 2002). Por outro lado, a região Centro - Oeste (7,7%) e os biomas Pantanal e Campos Sulinos apresentam os mais modestos esforços em conservação, com apenas 0,7% das UCs federais, cada bioma. Talvez a extrema carência em termos de informação e conhecimento científico possa ser uma explicação plausível para esse fato (MMA, 2002).

A maioria das regiões apresenta maiores números e extensões de unidades de uso sustentável, sendo a única exceção a região Sul, que investiu mais recursos no estabelecimento de unidades de proteção integral, com 55,3% das 38 unidades federais existentes para a região.

Apenas 5,7% do total de UCs podem ser consideradas ecologicamente viáveis em longo prazo, pois apresentam áreas superiores a dez mil quilômetros quadrados, o que é considerado positivo, principalmente em função de possibilitar a ocorrência de espécies - chave nos biomas e por representarem menores custos de implementação, monitoramento e fiscalização (Terborgh e Van Schaik, 2002; Câmara, 2004). Na Caatinga, nos Ecótonos e na Mata Atlântica, por outro lado, a maioria das unidades de conservação possui menos de 100 quilômetros quadrados. Esses resultados se mostram perturbadores, principalmente para a Mata Atlântica, já que uma área de 100km² é considerada muito pequena para garantir a persistência de espécies em longo prazo (Silva e Tabarelli, 2000).

CONCLUSÃO

O sistema atual de unidades de conservação a nível federal parece ainda apresentar inúmeras deficiências em relação à representatividade ecológica, extensão das áreas protegidas e à eficiência e cumprimento de seus objetivos.

Assim, pode - se concluir que o Sistema Nacional de Unidades de Conservação não contempla todas as unidades biogeográficas brasileiras e é precário em número e extensão para abrigar toda a biodiversidade e os processos ecológicos relevantes de um ecossistema. Dessa forma, o sistema é considerado incerto aos anseios da biologia da conservação e deve ser ampliado, com base em conhecimentos técnicos, visando manter, da forma mais íntegra possível, as diferentes paisagens naturais brasileiras.

Agradecemos a todos que persistem, sem nenhuma urgência em justificar, na conservação da vida.

REFERÊNCIAS

- Brasil. 2008. Lei no. 9.985 de 18 de julho de 2000. Sistema nacional de unidades de conservação da natureza. Disponível em: <http://www.presidencia.gov.br>.
- Câmara, I. de G. 2004. As unidades de conservação e o paradigma de Durban. *Natureza & Conservação*, v. 2, n.2, p. 8 - 14, out.
- Chape, S., Blyth, S., Fish, L., Fox, P. e Spalding, M. (Orgs.). 2003 United Nations List of Protected Areas. Gland, Cambridge: IUCN, UNEP - WCMC, 2003. 44 p.
- Diegues, A. C. S. 2004. O mito moderno da natureza intocada. 4 ed. São Paulo: Hucitec, NUPAUB/USP, 169 p.
- IBAMA (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis). 2007. Unidades de conservação. Disponível em: <http://www.ibama.gov.br/siucweb>.
- Margules, C. R. e Pressey, R.L. Systematic conservation planning. *Nature*, v. 405, p. 243 - 253, 2000.
- MMA (Ministério do Meio Ambiente). 2002. Avaliação e identificação de áreas e ações prioritárias para a conservação, utilização sustentável e repartição dos benefícios da biodiversidade nos biomas brasileiros. Brasília: MMA/SBF, 404p.
- Peres, C. A. 2005. Porque precisamos de megareservas na Amazônia. *Natureza e Conservação*, v. 3, n. 1, p. 8 - 16, abr.
- Primack, R. B. e Rodrigues, E. 2001. *Biologia da conservação*. Londrina: Efraim Rodrigues, 328 p.
- Silva, J. M. C. da e Tabarelli, M. 2000. Tree species impoverishment and the future flora of the Atlantic forest of northeast Brazil. *Nature*, v. 404, p. 72 - 74.
- Terborgh, J. e Van Schaik, C. 2002. Por que o mundo necessita de parques? In: Terborgh, J.; Van Schaik, C.; Davenport, L. e Rao, M. (Orgs.) *Tornando os parques eficientes: estratégias para a conservação da natureza nos trópicos*. Curitiba: Editora da Universidade Federal do Paraná; Fundação O Boticário de Proteção à Natureza, p. 25 - 36.
- Wilson, E. O. 1997. A situação atual da diversidade biológica. In: Wilson, E. O. (Ed.). *Biodiversidade*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, p. 3 - 24.